



IMPÉRIO ROMANO: HISTÓRIA ANTIGA E POLÍTICA MODERNA

Renata Senna Garraffoni¹

(Universidade Federal do Paraná)

Introdução

Quando ainda em tempos de graduação na Unicamp optei por estudar História de Roma não poderia imaginar o complexo universo que estava preste a encarar. Naquela época, decidi estudar o Império romano por que estava encantada com as sátiras do período: os inúmeros personagens de Petrônio e Apuleio saíam das páginas do *Satyricon* e do *Asno de Ouro* não só para divertir, mas também para explicitar a pluralidade do cotidiano romano. A cada exagero ou omissão, a cada riso provocado por situações inusitadas comecei a perceber que estudar os romanos era muito mais instigante que poderia supor.

Se por um lado as sátiras, ou seja, as fontes escritas por membros da elite romana, me indicaram que focar o cotidiano romano seria um caminho a seguir, por outro, ir a diferentes cidades romanas e poder escavá-las trouxe uma outra dimensão: a espacial. Seguramente caminhar em ruas feitas a mais de dois mil anos em diferentes locais da *Hispania*, *Britannia*, *Germania* ou da própria península itálica como Pompéia e a cidade de Roma modificou minhas percepções que, até então, possuíam a parcialidade dos olhares dos autores dos textos antigos que lia.

Os edifícios sejam eles templos, casas, banhos ou prostíbulos, mesmo em ruínas, ainda hoje expressam a diversidade de construções, pinturas, inscrições. A cada fragmento encontrado, uma nova possibilidade de interpretação se abre ou uma nova inspiração artística se consolida. Estas experiências que relato aqui foram fundamentais para nortear as pesquisas sobre as camadas populares romanas que tenho desenvolvido ao longo destes anos. No entanto, gostaria de ressaltar que tais experiências foram fundamentais também para perceber um outro aspecto sobre a História de Roma que, até

¹ Doutora em História pela Unicamp e professora de História Antiga da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora associada do NEE/UNICAMP e CPA/UNICAMP.



então, desconhecia. Quanto mais adentrava pela historiografia sobre os gladiadores, tema de meu doutorado, percebia que cada época experimentava Roma de maneira particular. Seja pela arte Renascentista, pelas conquistas napoleônicas ou pela historiografia moderna produzida a partir do século XIX, Roma era revisitada e seus sujeitos históricos reconstruídos a partir das percepções de cada época.

Esta perspectiva pareceu muito instigante e, desde então, sempre procuro, em minhas pesquisas, atrelar os estudos das fontes, sejam elas escritas ou materiais do período romano e os conceitos interpretativos que foram utilizados para compreender tal passado. Esta metodologia tem permitido um constante diálogo entre o moderno e o antigo e estimulado o repensar de algumas categorias analíticas que pareciam naturais e definitivas. Dentro desta perspectiva, gostaria de propor aqui uma reflexão não sobre fontes romanas produzidas no início do Principado, mas sobre as interpretações modernas, isto é, explorar um pouco como História Antiga e política moderna se entrelaçaram no momento em que se cunharam vários dos conceitos para o estudo do passado romano.

Para tanto, como o que nos reúne aqui é a discussão em torno da noção de Império, considerando seu sentido amplo, desde a ligação ao conceito de soberania e poder até as conformações territoriais e domínios, minha proposta consiste em uma reflexão teórico-conceitual das implicações da política imperialista moderna do final do século XIX e início do XX nas interpretações acerca da expansão romana e daquilo que se convencionou chamar de Império romano. Esta discussão se estruturará a partir de caminhos alternativos que visam interpretações menos normativas da expansão romana, bem como buscará explorar um outro tema intimamente relacionado à noção de Império: a relação com o Outro.

O diálogo pós-colonial

Para iniciar esta reflexão proposta, gostaria de destacar que as considerações que serão tecidas a seguir foram inspiradas em uma corrente interpretativa conhecida como pós-colonialismo. Muitas das discussões dos autores que se consideram pós-colonialista



e que mencionarei ao longo desta reflexão têm chamado a atenção para a necessidade de se repensar a metodologia utilizada para o estudo do passado clássico. Entre os diversos pontos discutidos, dois chamam a atenção em particular: a necessidade de expandir o uso das fontes e a urgência de se repensar os conceitos empregados para o estudo do passado.

No primeiro caso, autores europeus ou de outros continentes, em especial destaque para os estudiosos da África, América e Austrália, têm enfatizado a parcialidade das fontes escritas e defendido a contribuição da cultura material como fonte independente e capaz de produzir discursos próprios acerca do passado clássico². Assim, as propostas de muitos destes estudiosos consiste na contextualização das fontes, isto é, pensar que os textos foram escritos por homens, membros da elite romana com visões e interesses próprios de seus períodos e condições políticas e que, portanto, apresentam parte das visões acerca do mundo romano. Por outro lado, a cultura material, contraposta a estas fontes, pode produzir interpretações distintas da presente nos textos, pois como afirma Dommelen a cultura material permite o estudo de caso redefinindo a situação do local em que foi encontrada³.

Assim, a cultura material interpretada de maneira autônoma e livre da função de ilustrar ou confirmar textos torna-se um importante instrumento para a produção de leituras mais plurais do passado clássico em geral e do romano, em específico. Para além desta questão do uso das fontes, outro aspecto que tem sido alvo de discussões são os conceitos e, conseqüentemente, os modelos interpretativos empregados para o estudo deste passado. Neste aspecto específico, as críticas visam chamar a atenção para os usos

² Cf. por exemplo: Allison, P.M., “Using the Material and Written Sources: turn of the Millennium approaches to Roman Domestic Space”, in: *American Journal of Archaeology*, Boston University Press, Boston, n° 105, 2001, pp. 181-208; Funari, P.P.A. *La cultura popular en la Antigüedad Clásica*, Editorial Gráficas Sol, Espanha, 1989; Funari, P.P.A., “Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano”, in: *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, IFCH/Unicamp, Campinas, 1998, pp.7-34; Funari, P.P.A. *Resenha de Images of Rome: Perceptions of Ancient Rome in Europe and the United States in the Modern Age* (HINGLEY, R. – org), in: *World Archaeological Bulletin*, 16, 2002, pp. 89-94; Jones, S., “Historical categories and the *praxis* of identity: the interpretation of ethnicity in Historical Archaeology”, in: *Historical Archaeology – Back from the Edge* (Funari, P.P.A. et alli – org.), Routledge, Londres/N.Y, 1999, pp. 219-232; Meskell, L. (ed.), *Archaeology under fire - Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, Londres, Routledge, 1998. Storey, G.R., “Archaeology and Roman Society: Integrating Textual and Archaeological data”, in: *Journal Of Archaeological Research*, vol. 7, n° 3, 1999, pp.203-248.

³ Dommelen, P. van, “Colonial constructs: colonialism and Archaeology in the Mediterranean”, in: *World Archaeology*, vol. 28 (3): 305-323.



políticos da Antigüidade com objetivos nacionalistas e imperialistas, produzidos em especial no final do século XIX e início do XX, e que ainda exercem muita influência em interpretações recentes.

Os trabalhos publicados dentro deste viés interpretativo, embora possam divergir em muitos aspectos, possuem uma preocupação em comum, isto é, estudar o momento histórico da produção dos conceitos que são empregados por historiadores e arqueólogos em suas interpretações sobre o mundo antigo. Assim, conceitos como “Romanização”, “Helenização” ou mesmo da idéia de Ocidente em oposição ao Oriente, tem sido sistematicamente questionados e revistos, em especial após as publicações de Said e Bernal⁴. É dentro desta perspectiva que gostaria de tecer algumas considerações acerca da idéia de império e imperialismo romano. Para tanto, dividirei meus argumentos em dois momentos, isto é, em primeiro lugar gostaria de comentar os debates em torno da expansão romana e os temas de estudo relacionados a isto como a noção de Império, fronteiras e ocupação militar e, em seguida, procurarei explorar as contribuições da crítica pós-colonialista para o repensar das relações de domínio e conquista.

Os debates a acerca da expansão romana

Funari, em seu livro *Grécia e Roma*, ao comentar sobre Roma chama a atenção para o fato dos diferentes sentidos do termo: Roma pode significar uma cidade, atual capital da Itália e que é a continuação de uma cidade fundada a mais de três mil anos, mas também pode significar todo um território dominado pelos romanos, ou seja, um

⁴ Cf. por exemplo: Bernal, M., *Black Athena. The afroasiatic roots of Classical Civilization*, Rutgers, New Brunswick, 1987; Dietler, M. “Our ancestors the Gauls: Archaeology, Ethnic nationalism, and the manipulation of celtic identity in modern Europe”. *American Anthropologist* 96, 1994, (3): 584-605; Hingley, R. (org.) *Images of Rome: Perceptions of Ancient Rome in Europe and the United States in the Modern Age*, Journal of Roman Archaeology Supplementary Series 44, 2001; Hingley, R., “The ‘legacy’ of Rome: the rise, decline and fall of the theory of Romanization”, in: *Roman Imperialism: post-colonial perspectives* (Webster, J. et Cooper, N. – orgs.), Leicester, 1996, pp. 35-48; Hingley, R., “Imagens de Roma: uma perspectiva inglesa” (tradução Renata Senna Garraffoni e revisão de Pedro Paulo A. Funari) in: *Repensando o mundo antigo – Jean-Pierre Vernant e Richard Hingley* (Funari, P.P.A. – org), Textos Didáticos n° 47, IFCH/UNICAMP, 2002; Said, E.W. *Orientalismo – Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



dos maiores impérios da Antigüidade que no seu auge se estendia da Grã-Bretanha ao rio Eufrates, do mar do Norte ao Egito⁵.

A grandiosidade e as proporções alcançadas pelo Império romano sempre chamou a atenção das gerações posteriores. Roma tornou-se modelo para Carlos Magno ao compor o Sacro Império Romano, fascinou os grandes artistas do Renascimento italiano. Não é raro perceber, também, as referências que Napoleão fazia aos romanos nas conquistas que obteve pela Europa do final do século XVIII e, mais recentemente, durante o século XX, Hitler e Mussolini construíram imagens particulares de Roma para seus propósitos políticos. Em cada momento histórico, portanto, Roma foi revisitada e sua expansão reinterpretada de acordo com os interesses políticos vigentes.

Se ao longo da História Roma serviu de modelo político para conquistas territoriais e expansão militar, em meados do século XIX, quando a História se define como ciência, o Império Romano passa a ser estudado a partir de um outro ponto de vista, o acadêmico. Durante este período, até meados do século XX, muitos estudiosos do mundo antigo fizeram pesquisas sistemáticas sobre as guerras e o poder militar destes povos. Se pensarmos que nesta época se desenvolve a política colonialista, na qual a Inglaterra e a França conquistaram muitos povos no Oriente e na África, o estudo dos métodos militares e de governo dos povos antigos ocupou um lugar de destaque. Havia uma idéia predominante na qual generais e políticos do século XIX poderiam aprender a manter seus domínios conhecendo a História de seus antepassados⁶.

Neste contexto, o estudo da sociedade romana adquire um lugar especial, já que havia, por parte dos estudiosos e políticos, um grande interesse em se compreender como esta sociedade havia conseguido dominar praticamente todo o mundo conhecido até então. É neste momento que se constituem as principais linhas interpretativas sobre a expansão romana e que se delineia um debate ainda muito presente nos meios acadêmicos atuais.

⁵ Funari, P.P.A., *Grécia e Roma*, Ed. Contexto, S.P., 2001.

⁶ Para um estudo mais aprofundado desta questão cf. Garraffoni, R.S., “Guerras Púnicas”, in: *História das Guerras* (Magnoli, D., org.), Editora Contexto, S.P., 2006, pp. 47-75.



Dada a diversidade de questões levantadas por estes debates, gostaria de me restringir a um ponto, a questão dos motivos da expansão romana. Talvez este seja o debate mais acirrado e que perpassou gerações de historiadores preocupados em tentar explicar se as causas da expansão eram ou não econômicas. Muito se produziu a este respeito e, por isso, acredito que seja interessante retomar aqui a síntese proposta pelo historiador Norberto Guarinello⁷. Seu livro *Imperialismo Greco-romano*, embora seja introdutório, apresenta de maneira bem resumida uma questão de fundo que vale a pena ser comentada aqui, mesmo que brevemente.

Durante muito tempo, as conquistas romanas foram classificadas por estudiosos modernos como uma forma de *Imperialismo*. Este termo não se encontra em fontes romanas e foi cunhado ainda no século XIX para explicar a expansão econômica do capitalismo moderno. Isto significa dizer que tal conceito pressupõe acúmulo de capitais de maneira desigual entre metrópole e periferia: esta última fornecia mão-de-obra barata e matéria-prima que iria enriquecer a primeira. Este sistema de relação era constituído por uma política explícita de exploração que poderia prever a ocupação militar, quando necessária.

A partir de uma analogia com sua utilização na história contemporânea, muitos estudiosos se voltaram para a Antigüidade a fim de perceber se entre os romanos ocorria um fenômeno semelhante. Surge aqui, então, um grande debate. Há aqueles que defendem a idéia de que Roma era *imperialista* por que expandiu seus territórios de maneira consciente, com uma política bem definida em busca de riquezas, enquanto outros acreditam que toda a expansão romana deu-se de forma não planejada, tomando forma de acordo com as vitórias alcançadas. Os que defendem esta última possibilidade afirmam que os romanos fizeram uma espécie de “guerra defensiva”, isto é, os ataques eram mais para prevenir agressões externas do que para conquistar territórios⁸.

⁷ Guarinello, N.L., *Imperialismo greco-romano*, Ática, S.P., 1998.

⁸ Para uma interpretação que se baseia em um modelo defensivo de império cf., por exemplo, Dobson, B. & Mann, J. C. “The Roman Army in Britain and Britons in the Roman Army”. In: *Britannia*, v. 4, 1973: 191-205.



Seja consciente ou ao acaso, o fato é que os modelos interpretativos produzidos a partir deste debate muitas vezes estabelecem que Roma era destinada a governar outros territórios⁹. O desdobramento deste tipo de pensamento está na maneira como os autores desenvolveram modelos para interpretar as colônias estabelecidas. Sejam elas fundadas de maneira consciente e estrategicamente definidas ou não planejadas e destinadas à defesa do território romano, as interpretações que seguiram ainda ecoam o colonialismo moderno, pois estabelecem uma concepção dualista em que está em jogo somente um tipo de relação a dominador/dominado.

A partir desta constatação, Dommelen afirma que a relação entre colônias antigas e modernas é muito tênue do que possa parecer a uma primeira vista e argumenta que ingleses e franceses, para justificarem suas expansões no final do século XIX, procuram descrever as semelhanças entre as colônias antigas e modernas, propondo modelos interpretativos em que os habitantes locais eram desprivilegiados. Neste sentido, imperialismo e colonização se atrela a civilização criando uma relação explícita na qual o outro sempre é o não-civilizado e, conseqüentemente, inferior, reafirmando a soberania dos romanos diante dos nativos. Esta postura, ainda seguindo os argumentos de Dommelen, cria uma concepção de poder dualista e homogênea, refletindo uma visão colonialista moderna na qual a parte nativa deve ser dominada, representando apenas uma parte do todo, um olhar global que não atenta para a especificidade do processo. É neste aspecto que residem as críticas pós-colonialistas que gostaria de focar nas páginas seguintes.

Romanizando bárbaros?

A insatisfação com os limites de modelos interpretativos que atrelam Império romano a domínio territorial, civilização e superioridade cultural tem levado pesquisadores a questionar um conceito tradicional dentro da historiografia clássica: a idéia de Romanização.

⁹ Para uma abordagem recente sobre o debate da expansão romana e o destino de Roma como sendo o de governar cf. Richardson, J.S., “*Imperium Romanum: Empire and the language of power*” in: *Journal of Roman Studies*”, vol. 81, 1991: 1-9.



Segundo Richard Hingley, Romanização não é um conceito vigente em dias romanos, mas um termo criado *a posteriori* por estudiosos modernos e empregado de diferentes formas ao longo do século XX para explicar a expansão e conquista de territórios a partir de Augusto¹⁰. Foi Francis Haverfield, no início do século XX, quem empregou pela primeira o termo *Romanização* para explicar o desenvolvimento do Império Romano e seu alcance em distintos territórios.

Um dos fundadores da Arqueologia Romano-britânica, Haverfield elaborou o conceito de Romanização a partir de suas práticas em escavações em território britânico e da sintonia com as idéias de Mommsen que se formavam naquele momento na Alemanha. Em seus estudos, Hingley, afirma que o papel de Haverfield foi essencial para o desenvolvimento da Arqueologia na Inglaterra e na formalização deste conceito que, mais tarde, seria pouco questionado e tido como natural.

Embora ao longo do século XX o conceito tenha assumido diversas facetas, a idéia de Romanização era, de início, linear, teleológica e profundamente vinculada à visão inglesa imperialista. Hingley ressalta, portanto, que é impossível compreender o conceito de Romanização sem recorrer ao momento histórico que fora criado: um período em que ingleses acreditavam que o progresso e a civilização só poderiam chegar sob liderança imperial. Em outras palavras, há uma transposição de valores ingleses para o passado romano, isto é, acreditava-se que os ingleses herdaram dos romanos, via descendência bretã, a missão de civilizar povos bárbaros no mundo. Assim como havia uma definição binária inglês/não civilizado, historiadores modernos a transpuseram para uma noção que ainda resiste na historiografia; a idéia da oposição romano/bárbaro.

Em um momento de expansão imperial, a elite inglesa constrói, a partir da Arqueologia e História, interpretações nas quais britânicos e romanos possuíam a mesma missão, ou seja, levar progresso a terras longínquas. Nesta mesma linha interpretativa, Jones acrescenta ainda o fato de que o conceito de Romanização, em sua

¹⁰ HINGLEY, R., *Roman Officers and English Gentlemen – The imperial origins of Roman Archaeology*, Routledge, Londres, 2000.



criação, estava vinculado, também, à aculturação, idéia muito usada pela Antropologia e Sociologia dos anos de 1920, visando uma constante reprodução social¹¹.

As observações de Hingley e Jones, resumidas aqui em poucas palavras, são fundamentais para que possamos refletir sobre como um conceito tão arraigado na historiografia nasceu. Contextualizar seu momento de criação, as atitudes políticas daqueles que utilizaram-no e seu posterior desenvolvimento, como fazem ambos em seus respectivos estudos, é uma metodologia que nos leva a refletir sobre a historicidade do conceito e seus limites.

Tanto Hingley como Jones abrem, portanto, caminhos para que se possa discutir a cultura e identidade romana sob um viés menos rígido. Desnaturalizando o conceito de Romanização questionam uma perspectiva cristalizada no discurso arqueológico e historiográfico em que ideais romanos universais eram transmitidos aos povos bárbaros com o objetivo de promover civilização. Esta postura, na qual cultura romana é apresentada sob um prisma monolítico, obscurece a heterogeneidade que envolve a negociação de poder e identidade com os habitantes locais, pois constituem categorias estanques e hierarquizadas. Assim, a crítica a este tipo de abordagem é importante na medida em que os habitantes locais sempre são analisados sob uma abordagem depreciativa que, na maioria das vezes, permitem a construção de interpretações que desprivilegiam sua cultura material, seus símbolos e visões de mundo em detrimento do dominador.

Neste contexto, a proposta de desconstrução dos modelos vigentes pelos estudiosos do mundo romano tem propiciado o entendimento da expansão romana a partir de um ponto de vista específico: mais do que determinar os motivos que levaram à conquista de outros povos, como muitos anteriormente propuseram, alguns estudiosos, partindo da noção na qual o passado se constrói de acordo com o presente em que se está inserido, buscam modelos alternativos enfocando a amplitude das culturas que envolveram tal expansão. Mais do que uma imposição de uma sobre a outra ou a proposta de modelos interpretativos dualistas, estes estudiosos procuram ressaltar a

¹¹ Jones, S., *The Archeology of Ethnicity: Constructing identities in the past and present*, Routledge, Londres, 1997.



necessidade de se construir modelos que considerem os grupos sociais, a etnicidade, as relações de gênero, enfim, prezam pela pluralização dos conflitos, pela reestruturação da situação local e por categorias analíticas menos essencializadas.

Considerações Finais

A discussão acerca da noção de império romano e Romanização é vastíssima. O que procurei apresentar aqui são algumas discussões recentes acerca destes temas que estão intimamente relacionados, fiz recortes específicos para discutir uma questão teórica que acredito ser fundamental no estudo do mundo romano: a noção de que ao olharmos o passado imprimimos valores modernos sobre ele. Neste sentido, ao escrever este texto não procurei estabelecer uma narrativa sobre como se deram os eventos, ou na perspectiva tradicional, descrever como o processo ocorreu, indicando uma postura pautada na objetividade. Ao contrário, o que fiz foi enfatizar os efeitos do presente do estudioso na construção das ferramentas teórico-metodológicas que emprega.

Talvez Georges Duby tenha expressado esta preocupação de uma maneira mais poética ao afirmar que “cada época constrói, mentalmente, sua própria representação do passado, sua própria Roma e sua própria Atenas”¹². Se outrora o racismo, o colonialismo, o imperialismo e, mais tardiamente o fascismo, marcaram os estudos clássicos e as interpretações acerca do Império romano, criaram preconceitos e juízos de valores, as leituras que questionam o uso acrítico de conceitos têm permitido a produção de interpretações menos conservadoras e mais plurais¹³. Esta busca propicia uma leitura do passado romano não como um discurso de opressão e domínio, mas de conflitos, resistências e acomodações.

Contextualizar conceitos como o de Romanização, rever o modelo que indica a sobreposição do dominador ao dominado, explorar estudos de caso a partir da cultura material local, significa, portanto, uma possibilidade de se entender o império romano não como uma estrutura portadora de superioridade técnica e cultural, civilizadora, mas com uma organização política constituída por generais, soldados, homens, mulheres,

¹² Duby, G. “Un nominaliste bien tempéré”, *Dialogues*, Paris, Flammarion, 1980, p. 44.

¹³ Sobre esta questão cf., por exemplo, Funari, P.P.A., *Antigüidade Clássica: História e Cultura a partir dos documentos*, Ed. da Unicamp, Campinas, 1995, em especial, pp. 25-35.



jovens, velhos, escravos, livres, libertos, ricos ou pobres, enfim, sujeitos dos mais longínquos rincões do território conquistado pelos romanos. Sentir esta diversidade implica na busca de modelos interpretativos que permitam expressar e reconstruir as vozes dissonantes de sujeitos que, de alguma maneira, participaram deste momento histórico. Mais do que adotar modelos canônicos, esta perspectiva favorece a fluidez das relações embebidas de tonalidades que se modificam e transformam a partir do olhar do estudioso.

Por fim, caberia ressaltar que, ao invés de definir uma única direção para tal império, procurei discutir suas “facetas”. Embora haja um grande debate em torno da questão, um espaço como o propiciado neste evento, permite que estas idéias sejam compartilhadas. Este constante diálogo propicia uma reflexão mais ampla na qual se enfatiza a pluralidade a partir de uma crítica social que não isenta nossa sociedade contemporânea.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer os seguintes colegas pelo diálogo em diferentes momentos: Ana Paula Martins, Glaydson José da Silva, Lourdes Conde Feitosa, Luis Felipe Lima, Marion Brepohl, Pedro Paulo Abreu Funari e Rafael Bethien. A responsabilidade pelas idéias restringe-se à autora.